

AGROBIODIVERSIDADE E PRÁTICAS EXTRATIVISTAS NO ASSENTAMENTO SÃO CARLOS GOIÁS/GO

Nathielly Correia da Silva^{1*} (IC) Murilo Mendonça Oliveira de Souza² (PQ)

1 Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina – Rua Deusdeth Ferreira de Moura, s/n –
Centro – Cidade de Goiás/GO – CEP 76.600-000 – nathiellycs.123@gmail.com

2 Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina – Rua Deusdeth Ferreira de Moura, s/n –
Centro – Cidade de Goiás/GO – CEP 76.600-000 – murilosouza@hotmail.com

Resumo: A agrobiodiversidade busca refletir e agir sobre as dinâmicas relações entre sociedades humanas e os ambientes naturais e cultivados. A valorização da agrobiodiversidade tem sido essencial para repensar e agir de forma mais qualitativa sobre o campo, tanto na perspectiva da produção como nas questões socioambientais. O município de Goiás possui 24 assentamentos, congregando mais de 700 famílias assentadas em um ambiente dinâmico composto pelo bioma Cerrado. Estas famílias já desenvolvem atividades extrativistas e convivem no Cerrado de forma integrada. Nesse sentido o texto aqui apresentado tem como objetivo contribuir na compreensão da dinâmica que engloba a agrobiodiversidade e as práticas extrativistas no Assentamento São Carlos, no município de Goiás, entre 2016 e 2017. A partir do estudo e pesquisa realizados na área de cerrado do assentamento, constatamos que parte considerável da vegetação do Cerrado (Acima de 50%) já foi perdida. Isso dificulta as atividades extrativas. No entanto, mantém-se os conhecimentos da agrobiodiversidade local, assim como algumas práticas extrativistas relacionadas especialmente ao Pequi e Barú. Acreditamos ser necessário um processo de resgate e valorização das práticas extrativistas, mas também o fortalecimento das ações relacionadas à produção agroecológica.

Palavras-chave: Agrobiodiversidade, Agricultura Camponesa, Assentamento São Carlos, Goiás.

Introdução

A biodiversidade engloba três níveis de variabilidade: a diversidade de espécies, a diversidade genética e a diversidade ecológica, que se refere aos diferentes ecossistemas e paisagens (SANTILLI, 2009). A biodiversidade representa, portanto, a amplitude natural, distribuída nos diversos biomas, como o Cerrado. É essencial, ao mesmo tempo, levarmos em consideração o conceito de agrobiodiversidade. Este, de acordo com Santilli (2009, p. 91) “[...] emergiu nos últimos dez a quinze anos, em um contexto interdisciplinar que envolve diversas áreas do conhecimento”.

Reflete as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação de ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável. (SANTILLI, 2009, p. 91).

A valorização da agrobiodiversidade é importante para a construção de um projeto de campo mais sustentável, ao mesmo tempo em que é relevante para a garantia de direitos socioambientais das populações tradicionais e camponesas. Da mesma forma acreditamos que, no processo de reconstrução de uma proposta libertadora de campo, a agrobiodiversidade pode representar um instrumento potencial. Este é o caso dos Assentamentos Rurais, frutos da luta pela terra em várias partes do país. A valorização da agrobiodiversidade local e a construção de conhecimento sobre os elementos naturais e humanos locais podem fortalecer a permanência e reprodução dos camponeses assentados.

No município de Goiás estão estruturados 24 Assentamentos Rurais, que congregam aproximadamente 700 famílias assentadas. Além da produção agropecuária, muitas destas famílias têm buscado complementar alimentação e renda com a realização de práticas extrativistas (INCRA, 2015). Dependendo da época do ano são coletados frutos do Cerrado como Cagaita, Cajuzinho do Cerrado, Pequi, Baru, entre vários outros.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), essas práticas extrativistas podem ser entendidas como “[...] a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”. (BRASIL, 2002).

Essa é a perspectiva segundo a qual os agricultores camponeses assentados no Assentamento São Carlos, no município de Goiás, vêm coletando e utilizando alguns frutos do Cerrado. Principalmente o Pequi tem sido um complemento na alimentação e de renda importante para as famílias assentadas nesta área. É essencial que estas práticas sejam conscientes e conectadas com os conhecimentos tradicionais da população local. A ideia de agrobiodiversidade, neste sentido, amplia a necessidade deste processo. Devemos desenvolver práticas agropecuárias que estejam conectadas com as práticas extrativistas e com a

conservação do ambiente natural. É necessário que exista um processo de planejamento neste sentido.

O texto aqui apresentado tem como objetivo contribuir na compreensão da dinâmica que engloba a agrobiodiversidade e as práticas extrativistas no Assentamento São Carlos, no município de Goiás, entre 2016 e 2017. Especificamente, procuramos ainda identificar a agrobiodiversidade existente no território do Assentamento São Carlos, sistematizar algumas práticas extrativistas desenvolvidas pelos camponeses assentados e analisar os conhecimentos dos agricultores camponeses assentados na área da São Carlos.

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa que resultou neste texto parte da perspectiva participante de investigação científica. É essencial, nesse sentido, a inserção concreta, orgânica no contexto social investigado (BRANDÃO, 1987). Especificamente, utilizamos como metodologia o Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Esta metodologia é composta de diferentes instrumentos metodológicos que possibilitam a coleta de informações coletivamente com a comunidade onde se desenvolve a pesquisa. Nesse contexto, de acordo com Souza (2016) o processo é o primeiro resultado da metodologia. Isso permite que o processo de pesquisa seja também um processo coletivo de construção do conhecimento.

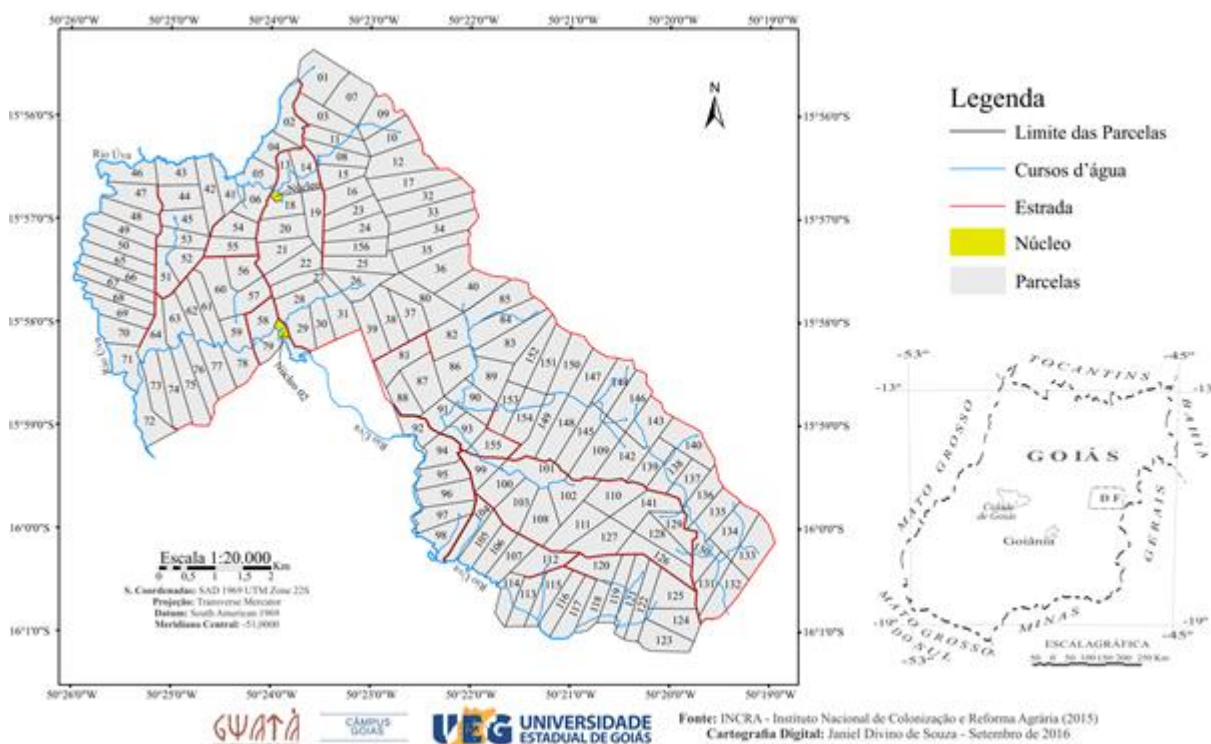
As informações levantadas em atividades de DRP foram registradas em um Diário de Campo, a partir do qual retiramos a maior parte das informações utilizadas para a escrita do presente texto. Complementarmente utilizamos também informações coletadas em bancos de dados com fontes secundárias. E, além disso, utilizamos instrumentos de Geoprocessamento e Cartografia para a representação da área pesquisada e análise dos processos de degradação e conservação do Cerrado no Assentamento São Carlos.

Resultados e Discussão

O Assentamento São Carlos (Mapa 1), localizado no município de Goiás e criado em 1995, é resultado da luta pela terra na região, contando com 155 parcelas,

onde estão territorializadas famílias de agricultores que buscam garantir seu processo de produção e reprodução social a partir de relações estabelecidas com o ambiente natural do Cerrado.

Mapa 1 – Parcelamento do Assentamento São Carlos.



Fonte: INCRA, 2017.

Cartografia Digital: Janiel Divino de Souza

É importante destacar que a área onde está instalado o Assentamento São Carlos, desde 1995, era fazenda de criação extensiva de gado de corte. Este fato está relacionado a um intenso processo anterior de desmatamento da vegetação natural do Cerrado, que teve como objetivo a plantação de pastagem. Tal processo significou uma intensa degradação do bioma, com a supressão progressiva da vegetação original para a garantia da produção pecuária.

Após a conquista da área, na convivência com o Cerrado as famílias assentadas têm buscado diferentes formas de produção, que possam garantir sua sobrevivência, assim como renda suficiente que permita qualidade de vida. De forma geral, a produção de leite foi uma das principais atividades desenvolvidas no assentamento desde o início do processo de conquista da área. Até certo ponto, esta atividade contribuiu com a manutenção de áreas desmatadas de Cerrado, dificultando a recuperação de algumas áreas.

Por outro lado, também uma considerável parcela das famílias assentadas construiu um processo de adaptação ao ambiente local que permitiu a manutenção de parte da vegetação original do Cerrado. Estabeleceram para isto uma relação de equilíbrio com a natureza. Entendemos que esta relação foi construída em uma perspectiva que levou em consideração os princípios do Agroextrativismo (embora, muitos dos assentados não conheçam a terminologia).

A partir deste entendimento, a pesquisa que realizamos buscou, em princípio, levantar quais as características da vegetação local que contribui para o extrativismo (Box 1).

Box 1 – Espécies do Cerrado levantadas, Assentamento São Carlos, Goiás/GO, 2017.

***ESPÉCIES FRUTÍFERAS DO CERRADO LEVANTADAS
ASSENTAMENTO SÃO CARLOS - 2017***

PEQUI, BARU, JATOBÁ, GUAPEVA, GABIROBA, MAMACADELA, TARUMAM,
MANGABA, ARATICUM, BURITI, MACAUBA, CAJUZINHO DO CERRADO,
MURICI.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

As espécies apresentadas são algumas mencionadas pelos moradores como aquelas mais utilizadas, tanto em termos comerciais como para o consumo próprio. Destacaram, contudo, o Pequi como a espécie mais presente e que gera mais renda para o extrativismo no assentamento. A renda obtida com o extrativismo do Pequi e das outras espécies do Cerrado, contudo, ainda é reduzido, sendo que um número pequeno de famílias tem nesta atividade uma ação que contribuiu mais efetivamente com a composição da renda familiar.

Na perspectiva do Agroextrativismo, no entanto, também realizamos um processo de levantamento participativo das diferentes espécies alimentícias cultivadas, seja para consumo familiar ou para comercialização pelos agricultores assentados no Assentamento São Carlos. No Box 2, apresentamos aquelas que foram citadas durante a pesquisa realizada com famílias assentadas em atividade de Diagnóstico Rural Participativo (DRP). A maior parte das famílias utilizam estas

espécies para a alimentação própria, sendo que poucas as utilizam com fins comerciais. O leite continua a ser o principal produto comercial do assentamento.

Box 2 – Espécies alimentícias levantadas, Assentamento São Carlos, Goiás/GO, 2017.

**ESPÉCIES ALIMENTÍCIAS LEVANTADAS
ASSENTAMENTO SÃO CARLOS - 2017**

MILHO, MANDIOCA, LARANJA COMUM, LARANJA DE DOCE, LIMÃO – VÁRIOS TIPOS, FIGO, ABACATE, MANGA, AMENDOÍM, ABÓRORA – VÁRIOS TIPOS, BANANA, GOIABA, MARACUJÁ, CAJÁ-MANGA, GRAVIOLA, HORTALIÇAS (ALFACE, CEBOLINHA VERDE, COUVE), ABOBRINHA, PIMENTAS.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Considerando a importância das espécies apresentadas pelas famílias assentadas, destacamos que a maioria destes não está na lista dos principais produtos comercializados e que, portanto geram renda. Os produtos apresentados no Box 3 foram aqueles indicados, durante pesquisa de campo, como aqueles que compõem as principais fontes de renda.

Box 3 – Produtos comercializados, Assentamento São Carlos, Goiás/GO, 2017.

**ESPÉCIES ALIMENTÍCIAS LEVANTADAS
ASSENTAMENTO SÃO CARLOS - 2017**

LEITE, QUEIJO, FRANGO CAIPIRA, OVOS CAIPIRAS, CARNE BOVINA, BEZERRO, CARNE SUÍNA, MILHO, FARINHA DE MILHO, MANDIOCA, FARINHA DE MANDIOCA, POLVILHO, RAPADURA, MEL, LATA DE PEQUI, POLPA DE PEQUI.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Podemos observar, portanto, que são poucos, entre os produtos considerados comerciais, aqueles que têm origem nas atividades do extrativismo de espécies do Cerrado. No Box 3 estão descritos apenas o Mel e o Pequi (vendido na casca e em

polpa). Por outro lado, se analisarmos a partir da perspectiva do Agroextrativismo, a diversidade de produtos comercializados é relativamente elevada. Mas é necessário destacar que apenas 10% das famílias que participaram da pesquisa tem nos produtos mencionados (com exceção do leite e seus subprodutos) fonte de renda importante na totalidade. Parte das famílias assentadas busca um complemento de renda no trabalho para as fazendas vizinhas ao assentamento. Mas, de forma geral, 90% das famílias assentadas tem na produção de leite sua principal renda.

De acordo com informações levantadas durante pesquisa de campo, a maioria das famílias assentadas tem como renda mensal aquela relacionada ao leite, que é vendido a comerciantes intermediários, fato que diminui a renda final do agricultor assentado, tornando-o muitas vezes refém desta relação produtiva e comercial. (Diário de Campo, 2017). O desafio de romper com a dependência com relação a um único produto, então, é premente na realidade concreta dos agricultores e agricultoras do Assentamento São Carlos.

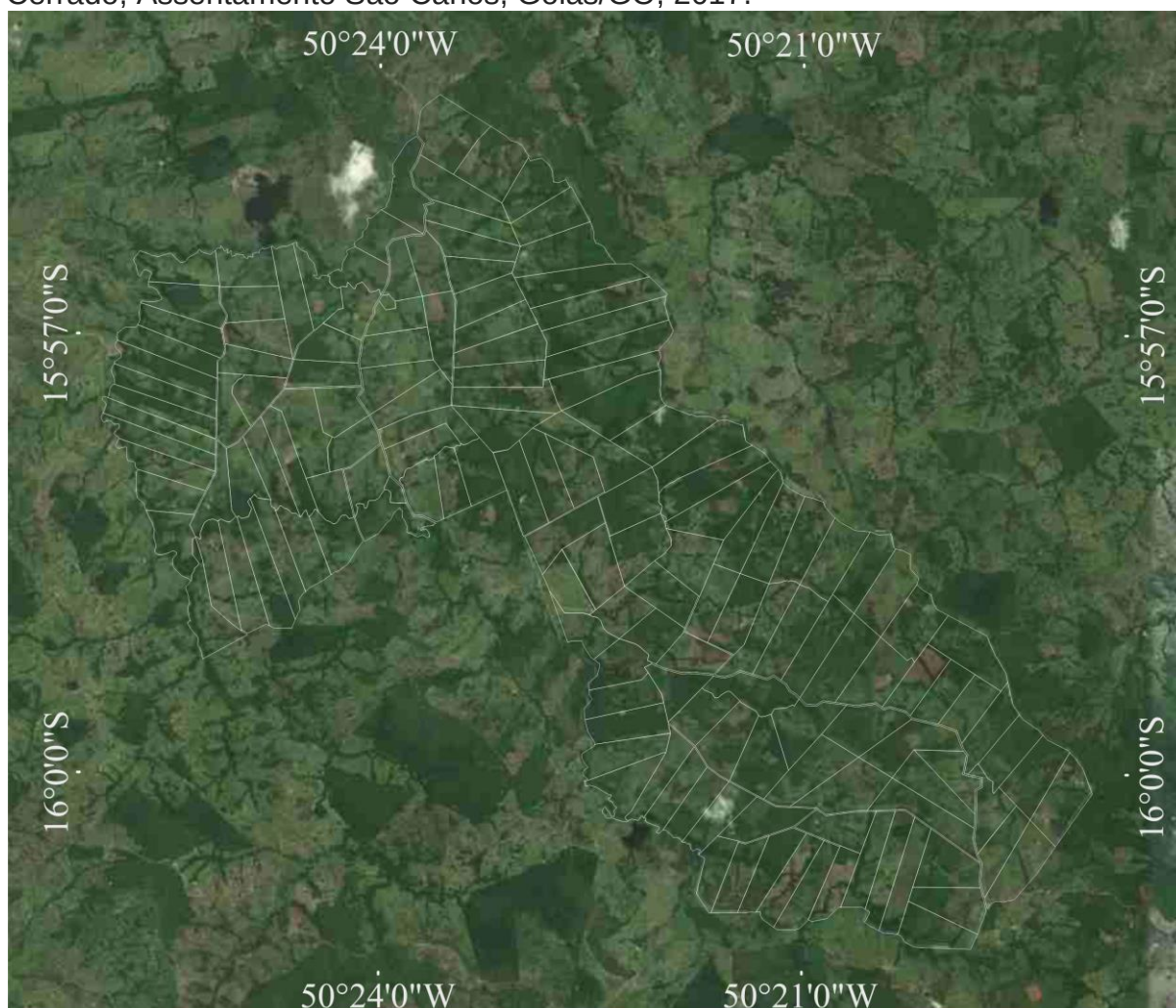
No entanto, a partir do levantamento realizado na pesquisa é possível identificar um processo de resistência ainda inicial, mas um potencial significativo para que o Agroextrativismo possa representar elemento para a geração de renda e qualidade de vida, assim como um ambiente saudável para a reprodução social das famílias assentadas. É necessário, contudo, que principalmente o Cerrado seja valorizado e entendido como espaço de convivência no qual os sujeitos desta pesquisa fazem parte.

Buscamos identificar no Assentamento São Carlos, também a situação do Cerrado enquanto ambiente natural dinâmico. A partir da pesquisa destacamos o morador da parcela 36 (ver mapa 1), que tem construído uma forma alternativa de relação com o Cerrado, preservando-o e buscando sobreviver a partir dos bens deste bioma. Este tem buscado construir um processo de “produção” baseado na convivência com o Cerrado. Este assentado manteve a parte que já estava plantada com pastagens em sua parcela iniciar um processo de reflorescimento da vegetação natural, assim como manteve aquela que ainda não havia sido desmatada. E isso fez com que houvesse um extraordinário aumento na biodiversidade local (Diário de Campo, 2017). No mesmo sentido, tem buscado produzir mel (Apicultura e Meliponicultura) que contribui como fonte de renda.

Desta forma, enquanto a maior parte do Assentamento São Carlos já teve sua vegetação de Cerrado suprimida, esta parcela (36) mantém sua cobertura vegetal

ainda em amplitude considerável, como podemos observar na Imagem 1, onde é possível comparar o lote 36 com o restante do assentamento.

Imagem 1 – Imagem com identificação de áreas preservadas e desmatadas de Cerrado, Assentamento São Carlos, Goiás/GO, 2017.



Fonte: INCRA, 2017.

Cartografia Digital: Janiel Divino de Souza.

A imagem 1 também revela um processo avançado de desmatamento no Cerrado do Assentamento São Carlos, como já indicamos anteriormente. É essencial, nesse contexto, repensarmos o processo de ocupação desta e de outras áreas de assentamento, assim como de outras áreas produtivas no Cerrado. Entendemos que o Agroextrativismo, que leva em conta do conhecimento tradicional de agricultores e agricultoras, é uma estratégia e instrumento relevante nesse

sentido. A degradação do meio ambiente fará com que algumas espécies desapareçam de forma irreversível.

Considerações Finais

O campo tem sido, nas últimas décadas, ocupado a partir de um processo produtivo baseado no agronegócio. Este paradigma tem sua principal ação na monocultura e utilização de um pacote tecnológico que utiliza insumos químicos em quantidades elevadas, principalmente, agrotóxicos. Esse modelo promoveu a exclusão de milhares de agricultores camponeses e a degradação intensa da natureza. No Cerrado este processo foi ainda mais intenso. No município de Goiás, a plantação de pastagens foi a principal responsável pelo desmatamento do Cerrado. A luta pela terra iniciou um processo de reinserção dos agricultores camponeses nas ações produtivas no campo. Estes, contudo, tem encontrado dificuldades em reorganizar sua relação com o ambiente natural do Cerrado.

Acreditamos que a valorização da Agrobiodiversidade local e regional é um instrumento importante para isto. As atividades de Agroextrativismo podem contribuir com a religação do agricultor com o ambiente natural em uma relação de equilíbrio. Nesse contexto, nossa pesquisa no Assentamento São Carlos identificou, em primeiro lugar, que há ainda uma área degradada, em função da pecuária de corte anterior e de leite atual, considerável e que precisa ser recuperada. Em segundo lugar, no entanto, identificamos um processo produtivo com base no Agroextrativismo em gestação e com potencial para estabelecer outras formas de produção e vida neste assentamento.

Agradecimentos

Agradeço ao Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (Gwatá), à Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ao Professor Carlos de Melo e Silva Neto, do Instituto Federal de Goiás (IFG) que contribuiu para que este trabalho fosse realizado. Também agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da Bolsa de Pesquisa que possibilitou o desenvolvimento das atividades previstas neste trabalho e na formação acadêmica.

Referências

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) Repensando a pesquisa participante. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-14.

BRASIL. Lei no. 9,985, de 18 de julho de 2000 e Decreto no. 4,340, de 22 de agosto de 2002.

FELFILI, J. M. (Orgs.) Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 73-92.

INCRA. Blog do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2015.

SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SOUZA, M. M. O. Metodologias participativas em extensão universitária: o diagnóstico rural participativo (DRP). In: SOUZA, M. M. O.; CARVALHO, G. O. (Org.). Extensão Universitária: metodologia e experiências. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2016. p. 47-66..